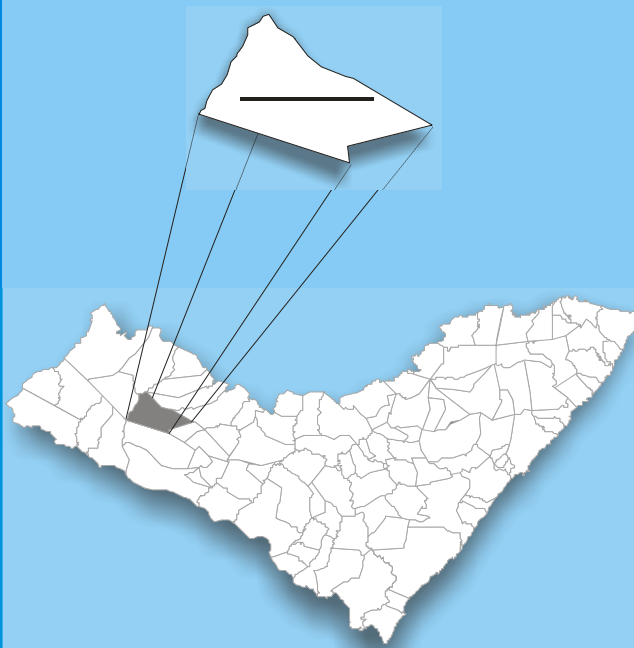


MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E
TRANSFORMAÇÃO MINERAL

 CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL
PRODEEM - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
ENERGÉTICO DOS ESTADOS EM UNICÍTIOS

*PROJETO CADASTRO
DE FONTES DE
ABASTECIMENTO POR
ÁGUA SUBTERRÂNEA*

ALAGOAS



*DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO
DE SENADOR RUI PALMEIRA*

Agosto/2005



Secretaria de Geologia,
Mineração e Transformação Mineral
Secretaria de Planejamento
e Desenvolvimento Energético

Ministério de
Minas e Energia



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
Silas Rondeau Cavalcante Silva
Ministro de Estado

SECRETARIA EXECUTIVA
Nelson José Hubner Moreira
Secretário Executivo

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO
Márcio Pereira Zimmermam
Secretário

SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO
E TRANSFORMAÇÃO MINERAL
Cláudio Scliar
Secretário

PROGRAMA LUZ PARA TODOS
Aurélio Pavão
Diretor

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
ENERGÉTICO DOS ESTADOS E
MUNICÍPIOS
PRODEEM
Luiz Carlos Vieira
Diretor

Serviço Geológico do Brasil – CPRM

Agamenon Sérgio Lucas Dantas
Diretor-Presidente

José Ribeiro Mendes
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

Manoel Barretto da Rocha Neto
Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Ávaro Rogério Alencar Silva
Diretor de Administração e Finanças

Fernando Pereira de Carvalho
Diretor de Relações Institucionais e
Desenvolvimento

Frederico Cláudio Peixinho
Chefe do Departamento de Hidrologia

Fernando Antonio Carneiro Feitosa
Chefe da Divisão de Hidrogeologia e Exploração

Ivanaldo Vieira Gomes da Costa
Superintendente Regional de Salvador

José Wilson de Castro Temáteo
Superintendente Regional de Recife

Hébio Pereira
Superintendente Regional de Belo Horizonte

Darlan Filgueira Maciel
Chefe da Residência de Fortaleza

Francisco Batista Teixeira
Chefe da Residência Especial de Teresina

Ministério de Minas e Energia
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético
Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral
Programa Luz Para Todos
Programa de Desenvolvimento Energético dos Estados e Municípios - PRODEEM
Serviço Geológico do Brasil - CPRM
Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial

**PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR
ÁGUA SUBTERRÂNEA
ESTADO DE ALAGOAS**

***DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE SENADOR RUI
PALMEIRA***

ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

João de Castro Mascarenhas
Breno Augusto Beltrão
Luiz Carlos de Souza Junior

Recife
Agosto/2005

COORDENAÇÃO GERAL

Frederico Cláudio Peixinho - DEHID

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Fernando Antônio C. Feitosa - DIHEXP

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

José Emílio C. de Oliveira –DIHEXP

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Sara Maria Pinotti Benvenuti-DIHEXP

COORDENAÇÃO REGIONAL

Jaime Quintas dos S. Colares - REFO
Francisco C. Lages C. Filho - RESTE
João Alfredo C. L. Neves - SUREG-RE
João de Castro Mascarenhas –SUREG-RE
Jos é Alberto Ribeiro - REFO
Jos é Carlos da Silva - SUREG-RE
Luiz Fernando C. Bomfim - SUREG-SA
Oderson A. de Souza Filho - REFO

EQUIPE TÉCNICA DE CAMPO**SUREG-RE**

Ari Teixeira de Oliveira
Breno Augusto Beltrão
Cícero Alves Ferreira
Cristiano de Andrade Amaral
Dunaldson Eliezer G. A. da Rocha
Franklin de Moraes
Frederico Jos é Campelo de Souza
Jardo Caetano dos Santos
João de Castro Mascarenhas
Jorge Luiz Fortunato de Miranda
Jos é Wilson de Castro Temoteo
Luiz Carlos de Souza Júnior
Manoel Julio da Trindade G. Galvão
Saulo de Tarso Monteiro Pires
Sérgio Monhezuma Santoianni Guerra
Simeones Néri Pereira
Valdecílio Galvão Duarte de Carvalho
Vanildo Almeida Mendes

SUREG-SA

Edmilson de Souza Rosas
Edvaldo Lima Mota
Herminio Brasil Vilaverde Lopes
João Cardoso Ribeiro M. Filho
Jos é Cláudio Viegas
Luis Henrique Monteiro Pereira
Pedro Antônio de Almeida Couto
Vânia Passos Borges

SUREG-BH

Angélica Garcia Soares
Eduardo Jorge Machado Simões
Ely Soares de Oliveira
Haroldo Santos Viana
Reynaldo Murilo D. Alves de Brito

REFO

Ângelo Trêvia Vieira
Felcissimo Melo
Francisco Alves Pessoa
Jáder Parente Filho
Jos é Roberto de Carvalho Gomes
Liano Silva Veríssimo
Luiz da Silva Coelho
Robério Bão de Aguiar

RESTE

Antonio Reinaldo Soares Filho
Carlos Antônio Luz
Cipriano Gomes Oliveira
Heinz Alfredo Trein
Ney Gonzaga de Souza

EM DESTAQUE

Almir Araújo Pacheco- SUREG-BE
Ana Cláudia Vieiro –SUREG-PA
Bráulio Robério Caye - SUREG-PA
Carlos J. B. Aguiar - SUREG-MA
Geraldo de B. Pimentel –SUREG-PA
Paulo Pontes Araújo –SUREG-BE
Tomás Edson Vasconcelos - SUREG-CO

RECENSEADORES

Acácio Ferreira Júnior
Adriana de Jesus Felipe
Aleron Falieri Suarez
Almir Gomes Freire –CPRM
Ângela Aparecida Pezzuti
Antonio Celso R. de Melo - CPRM
Antonio Edilson Pereira de Souza
Antonio Jean Fontenele Menezes
Antonio Manoel Marciano Souza
Antonio Marques Honorato
Armando Arruda C. Filho - CPRM
Carlos A. G.ões de Almeida - CPRM
Celso Viana Marciel
Cícero Ren é de Souza Barbosa
Cláudio Marcio Fonseca Vilhena
Claudionor de Figueiredo
Cleiton Pierre da Silva Viana
Cristiano Alves da Silva
Edivaldo Fateicha - CPRM
Eduardo Benevides de Freitas
Eduardo Fortes Cristóstomos
Eliomar Coutinho Barreto
Emanuelly de Almeida Leão
Emerson Garret Menor
Emicles Pereira C. de Souza
Érika Peconnick Ventura
Erval Manoel Linden - CPRM
Ewerton Torres de Melo
Fábio de Andrade Lima
Fábio de Souza Pereira
Fábio Luiz Santos Faria
Francisco Augusto A. Lima
Francisco Edson Alves Rodrigues
Francisco Ivanir Medeiros da Silva
Francisco Jos é Vasconcelos Souza
Francisco Lima Aguiar Junior
Francisco Pereira da Silva - CPRM
Frederico Antonio Araújo Meneses
Geancarlo da Costa Viana
Genivaldo Ferreira de Araújo
Gustavo Lira Meyer
Haroldo Brito de Sá
Henrique Cristiano C. Alencar
Jamile de Souza Ferreira
Jaqueline Almeida de Souza
Jeff é Rocha Holanda
João Carlos Fernandes Cunha
João Luis Alves da Silva
Joelza de Lima En éas
Jorge Hamilton Quidute Goes
Jos é Carlos Lopes - CPRM
Joselito Santiago Lima
Josemar Moura Bezerril Junior
Julio Vale de Oliveira
K ênia Nogueira Di égnes
Marcos Aurélio C. de Gás Filho
Matheus Medeiros Mendes Carneiro
Michel Pinheiro Rocha
Narcelya da Silva Araújo
Nicácia Débora da Silva
Oscar Rodrigues Acioly Júnior
Paula Francinete da Silveira Baia
Paulo Eduardo Melo Costa
Paulo Fernando Rodrigues Galindo
Pedro Hermano Barreto Magalhães
Raimundo Correa da Silva Neto
Ramiro Francisco Bezerra Santos
Raul Frota Gonçalves

Saulo Moreira de Andrade -CPRM
Sérvulo Fernandez Cunha
Thiago de Menezes Freire
Valdirene Carneiro Albuquerque
Vicente Calixto Duarte Neto - CPRM
Vilmar Souza Leal –CPRM
Wagner Ricardo R. de Alkimim
Walter Lopes de Moraes Junior

TEXTO**ORGANIZAÇÃO**

Breno Augusto Beltrão
João de Castro Mascarenhas
Luiz Carlos de Souza Junior

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO E DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS

Breno Augusto Beltrão
Frederico Jos é Campelo de Souza
Jardo Caetano dos Santos
João de Castro Mascarenhas
Luiz Carlos de Souza Júnior

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Breno Augusto Beltrão
Liliane Assunção Serra Ramos Campos
Maria Lúcia Acioli Beltrão

FIGURAS ILUSTRATIVAS

Aloizio da Silva Leal
Fabiane de Andrade Lima Amorim Albino
Jaqueline Pontes de Lima
Núbia Chaves Guerra
Waldir Duarte Costa Filho

MAPAS DE PONTOS D'ÁGUA

Robson de Carlo Silva
Fabiane de Andrade Lima Amorim Albino

BANCO DE DADOS**Desenvolvimento dos Sistemas**

Josias Barbosa de Lima
Ricardo César Bustillos Villafan

Coordenação

Francisco Edson Mendonça Gomes

Administração

Eriveldo da Silva Mendonça

Consistência

Breno Augusto Beltrão

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Aline Oliveira de Lima
Fabiane de Andrade Lima Amorim Albino
Jaqueline Pontes de Lima

SUPORTE TÉCNICO DE EDITORAÇÃO

Claudio Scheid
Jos é Pessoa Veiga Junior
Manoel Júlio da T. Gomes Galvão
Roberto Batista dos Santos

ANALISTA DE INFORMAÇÕES

Dalvanise da Rocha S. Bezerril

CPRM - Serviço Geológico do Brasil

Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Senador Rui Palmeira, estado de Alagoas/ Organizado [por] João de Castro Mascarenhas, Breno Augusto Beltrão, Luiz Carlos de Souza Junior. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.
12 p. + anexos

“Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, estado de Alagoas”

1. Hidrogeologia – Alagoas - Cadastros. 2. Água subterrânea – Alagoas - Cadastros. I. Mascarenhas, João de Castro org. II. Beltrão, Breno Augusto org. III. Souza Júnior, Luiz Carlos de org. I. Titulo.

CDD 551.49098135

APRESENTAÇÃO

A CPRM – Serviço Geológico do Brasil, cuja missão é gerar e difundir conhecimento geológico e hidrológico básico para o desenvolvimento sustentável do Brasil, desenvolve no Nordeste brasileiro, para o Ministério de Minas e Energia, ações visando o aumento da oferta hídrica, que estão inseridas no Programa de Água Subterrânea para a Região Nordeste, em sintonia com os programas do governo federal.

Executado por intermédio da Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial, desde o início o programa é orientado para uma filosofia de trabalho participativa e interdisciplinar e, atualmente, para fomentar ações direcionadas para inclusão social e redução das desigualdades sociais, priorizando ações integradas com outras instituições, visando assegurar a ampliação dos recursos naturais e, em particular, dos recursos hídricos subterrâneos, de forma compatível com as demandas da região nordestina.

É neste contexto que está sendo executado o Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, localizado no semi-árido do Nordeste, que engloba os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Embora com múltiplas finalidades, este projeto visa atender diretamente as necessidades do PRODEEM, no que se refere à indicação de poços tubulares em condições de receber sistemas de bombeamento por energia solar.

Assim, esta contribuição técnica de significado alcance social do Ministério de Minas e Energia, em parceria com a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral e com o Serviço Geológico do Brasil, servirá para dar suporte aos programas de desenvolvimento da região, com informações consistentes e atualizadas e, sobretudo, dará subsídios ao Programa Fome Zero, no tocante às ações efetivas para o abastecimento público e ao combate à fome das comunidades sertanejas do semi-árido nordestino.

José Ribeiro Mendes
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial
CPRM – Serviço Geológico do Brasil

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

3. METODOLOGIA

4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SENADOR RUI PALMEIRA

4.1 - LOCALIZAÇÃO E ACESSO

4.2 - ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

4.3 - ASPECTOS FISIAGRÁFICOS

4.4 - GEOLOGIA

5. RECURSOS HÍDRICOS

5.1 - ÁGUAS SUPERFICIAIS

5.2 - ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

5.2.1 - DOMÍNIOS HIDROGEOLÓGICOS

6. DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS

6.1 - ASPECTOS QUALITATIVOS

7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANEXOS

1 - PLANILHAS DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO

2 - MAPA DE PONTOS DE ÁGUA

3 - ARQUIVO DIGITAL - CD ROM

1. INTRODUÇÃO

O Polígono das Secas apresenta um regime pluviométrico marcado por extrema irregularidade de chuvas, no tempo e no espaço. Nesse cenário, a escassez de água constitui um forte entrave ao desenvolvimento socioeconômico e, até mesmo, à subsistência da população. A ocorrência cíclica das secas e seus efeitos catastróficos são por demais conhecidos e remontam aos primórdios da história do Brasil.

Esse quadro de escassez poderia ser modificado em determinadas regiões, através de uma gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Entretanto, a carência de estudos de abrangência regional, fundamentais para a avaliação da ocorrência e da potencialidade desses recursos, reduz substancialmente as possibilidades de seu manejo, inviabilizando uma gestão eficiente. Além disso, as decisões sobre a implementação de ações de convivência com a seca exigem o conhecimento básico sobre a localização, caracterização e disponibilidade das fontes de água superficiais e subterrâneas.

Para um efetivo gerenciamento dos recursos hídricos, principalmente num contexto emergencial, como é o caso das secas, merece atenção a utilização das fontes de abastecimento de água subterrânea, pois esse recurso pode tornar-se significativo no suprimento hídrico da população e dos rebanhos. Neste sentido, um fato preocupante é o desconhecimento generalizado, em todos os setores, tanto do número quanto da situação das captações existentes, fato este agravado quando se observa a grande quantidade de captações de água subterrânea no semi-árido, principalmente em rochas cristalinas, desativadas e/ou abandonadas por problemas de pequena monta, em muitos casos passíveis de serem solucionados com ações corretivas de baixo custo.

Para suprir as necessidades das instituições e demais segmentos da sociedade atuantes na região nordestina, no atendimento à população quanto à garantia de oferta hídrica, principalmente nos momentos críticos de estiagem, a CPRM está executando o **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea** em consonância com as diretrizes do Governo Federal e dos propósitos apresentados pelo Ministério de Minas e Energia.

Este Projeto tem como objetivo a realização do cadastro de todos os poços tubulares, poços amazonas representativos e fontes naturais, em uma área de 722.000 km² da região Nordeste do Brasil, excetuando-se as áreas urbanas das regiões metropolitanas.

2. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A área de abrangência do projeto de cadastramento (figura 1) estende-se pelos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo.

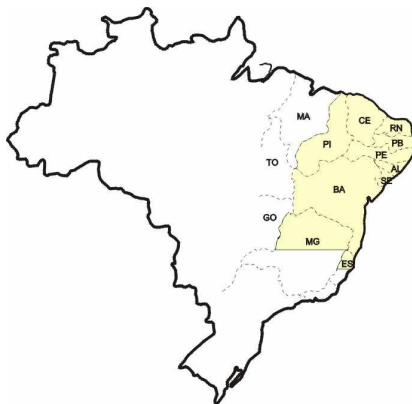


Figura 1 – Área de abrangência do Projeto

3. METODOLOGIA

O planejamento operacional para a realização desse projeto teve como base a experiência da CPRM nos projetos de cadastramento de poços dos estados do Ceará e Sergipe, executados com sucesso em 1998 e 2001, respectivamente.

Os trabalhos de campo foram executados por microrregião, com áreas variando de 15.000 a 25.000 km². Cada área foi levantada por uma equipe coordenada por dois técnicos da CPRM e composta, em média, de seis recenseadores, na maioria estudantes de nível superior dos cursos de Geologia e Geografia, selecionados e treinados pela CPRM.

O trabalho contemplou o cadastramento das fontes de abastecimento por água subterrânea (poço tubular, poço escavado e fonte natural), com determinação das coordenadas geográficas pelo uso do *Global Positioning System* (GPS) e obtenção de todas as informações passíveis de serem coletadas através de uma visita técnica (caracterização do poço, instalações, situação da captação, dados operacionais, qualidade da água, uso da água e aspectos ambientais, geológicos e hidrológicos).

Os dados coletados foram repassados sistematicamente a Divisão de Hidrogeologia e Exploração da CPRM, em Fortaleza, para, após rigorosa análise, alimentarem um banco de dados. Esses dados, devidamente consistidos e tratados, possibilitaram a elaboração de um mapa de pontos d'água, de cada um dos municípios inseridos na área de atuação do Projeto, cujas informações são complementadas por esta nota explicativa, visando um fácil manuseio e compreensão acessível a diferentes usuários.

Na elaboração dos mapas de pontos d'água, foram utilizados como base cartográfica os mapas municipais estatísticos em formato digital do IBGE (Censo 2000), elaborados a partir das cartas topográficas da SUDENE e DSG – escala 1:100.000, sobre os quais foram colocados os dados referentes aos poços e fontes naturais contidos no banco de dados. Os trabalhos de arte final e impressão dos mapas foram realizados com o aplicativo *CorelDraw*. A base estadual com os limites municipais foi cedida pelo IBGE. O mapa de pontos d'água foi gerado a partir da Base Cartográfica Digital do Estado de Alagoas, cedida pela Secretaria Executiva de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Naturais –SEMARHN.

Há municípios em que ocorrem alguns casos de poços plotados fora dos limites do mapa municipal. Tais casos ocorrem devido à imprecisão nos traçados desses limites, seja pela pequena escala do mapa fonte utilizado no banco de dados (1:250.000), seja por problemas ainda existentes na cartografia estadual, ou talvez devido a informações incorretas prestadas aos recenseadores ou, simplesmente, erro na obtenção das coordenadas.

Além desse produto impresso, todas as informações coligidas estão disponíveis em meio digital, através de um CD ROM, permitindo a sua contínua atualização.

4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SENADOR RUI PALMEIRA

4.1 - Localização e Acesso

O município de **Senador Rui Palmeira** está localizado na região oeste do estado de Alagoas, limitando-se a norte com os municípios de Canapi e Poço das Trincheiras, a sul com São José da Tapera, a leste com Santana de Ipanema e Carneiros, a oeste com Inhapi. A área municipal ocupa 359,71 km² (1,30% de AL), inserida na mesorregião do Sertão Alagoano e na microrregião de Santana do Ipanema, predominantemente na Folha Delmiro Gouveia (SC.24-X-C-III) e, parcialmente, na Folha Santana do Ipanema (SC.24-X-D-I), ambas na escala 1:100.000, editadas pelo MINTER/SUDENE em 1996.

A sede do município tem uma altitude aproximada de 352 m e coordenadas geográficas de 9°20'13" de latitude sul e de 37°29'02" de longitude oeste.

O acesso a partir de Maceió é feito através das rodovias pavimentadas BR-316, BR-101, AL-220 e AL-135, com percurso em torno de 228 km (figura 2).

**Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Município de Senador Rui Palmeira
Estado de Alagoas**

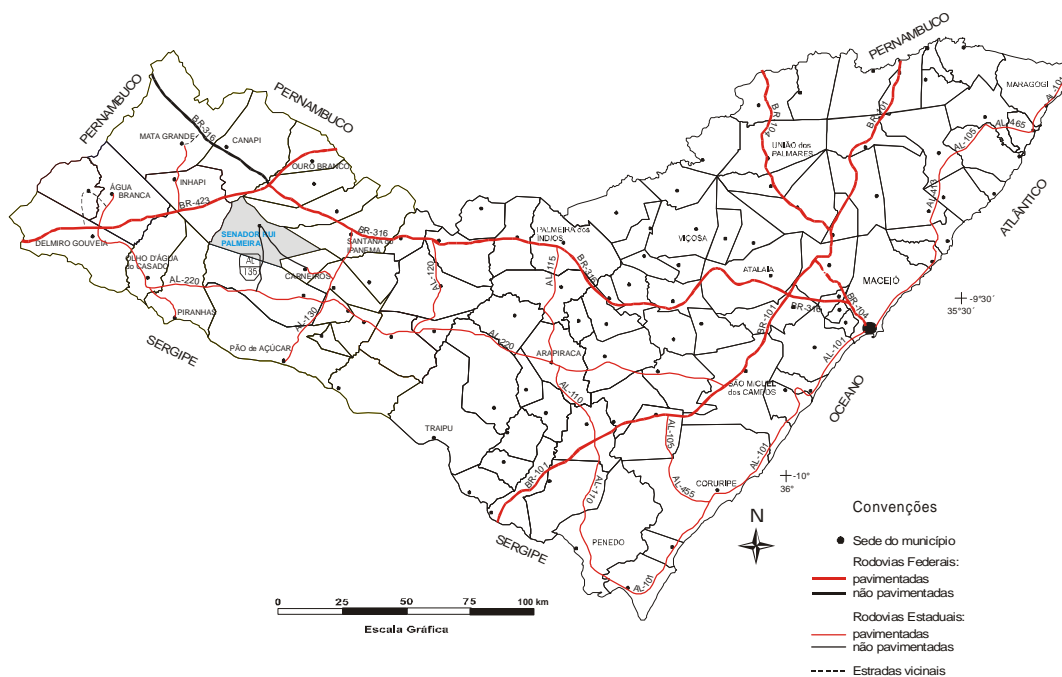


Fig.02 – Mapa de acesso rodoviário

4.2 - Aspectos Socioeconômicos

O município foi criado em 1981, desmembrado de Santana do Ipanema. Segundo o censo 2000 do IBGE, a população total residente é de 11.979 habitantes, dos quais 5.942 do sexo masculino (49,60%) e 6.037 do sexo feminino (50,40%). São 3.443 os habitantes da zona urbana (28,70%) e 8.536 os da zona rural (71,30%). A densidade demográfica é de 33,30 hab/km². São 4.316 os eleitores cadastrados no município (36,03% da população).

A rede pública de saúde não dispõe de hospital, existem 03 Unidades Ambulatoriais e 03 Postos de Saúde. Não há consultórios médicos ou odontológicos.

Na área educacional, o município dispõe de 01 escola de ensino pré-escolar com 88 alunos matriculados, 26 escolas de ensino fundamental com 2.606 alunos matriculados e não há escolas de ensino médio. Da população total residente, 4.388 habitantes com 10 anos ou mais de idade são alfabetizados (36,60%).

Existem no município 2.515 domicílios particulares permanentes, dos quais 1.229 (48,90%) possuem banheiro ou sanitário e destes, apenas 11 (0,44%) possuem banheiro e esgotamento sanitário via rede geral. Cerca de 750 (29,80%) são abastecidos pela rede geral de água, enquanto que 88 (3,50%) são abastecidos por poço ou nascente e 1.677 utilizam outras formas de abastecimento (a maioria, 66,70%). Apenas 862 (34,30%) domicílios são atendidos pela coleta de lixo, evidenciando sérios problemas ambientais e de saúde pública para a população.

Não há infra-estrutura bancária no município, apenas 01 agência dos Correios instalada.

O PIB do município foi de U\$ 5.111.928,00 e o PIB per capita foi de U\$ 615,00 em 1998. O FPM = R\$ 1.385.356,78, o ITR = R\$ 1.030,53 e o Fundef = R\$ 838.039,48 (Anuário Estatístico de Alagoas –2001). O salário médio mensal é de R\$ 119,21 (49,70% do salário mínimo nacional)

As principais atividades econômicas do município são: Comércio, serviços, agro-pecuária e atividades de extrativismo vegetal e silvicultura. Atualmente conta com 25 empresas com CNPJ, atuantes (1998), ocupando 148 pessoas (1,24% da população). Na área de pecuária, conta com os seguintes rebanhos (cabeças): bovinos –6.236; suínos –761; eqüinos –421; asininos –37; muares –25; caprinos –293; ovinos –415, aves –10.324. A produção leiteira é de 1.544.000 litros e a de ovos de galinha –17.000 dúzias.

**Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Município de Senador Rui Palmeira
Estado de Alagoas**

Na área agrícola: Feijão – 800 ha (282 t), Mandioca – 17 ha (119 t), Milho – 700 ha (172 t). O extrativismo vegetal produz 14 t de carvão vegetal e 867 m³ de lenha, evidenciando a existência de uma fonte de sérios problemas ambientais em uma região já semi-árida. (IBGE 2000)

No ranking de desenvolvimento, **Senador Rui Palmeira** está em 98º lugar no estado (98/102 municípios) e em 5478º lugar no Brasil (5.478/5.561 municípios) (www.desenvolvimentomunicipal.com.br).

4.3 Aspectos Fisiográficos

O município de **Senador Rui Palmeira** está inserido na unidade geoambiental do *Planalto da Borborema*, formada por maciços e outeiros altos, com altitude variando entre 650 a 1.000 metros. Ocupa uma área de arco que se estende do sul de Alagoas até o Rio Grande do Norte. O relevo é geralmente movimentado, com vales profundos e estreitos dissecados. Com respeito à fertilidade dos solos é bastante variada, com certa predominância de média para alta.

A área da unidade é recortada por rios perenes, porém de pequena vazão e o potencial de água subterrânea é baixo.

A vegetação desta unidade é formada por *Florestas Subcaducifólia e Caducifólia*, próprias das áreas agrestes.

O clima é do tipo *Tropical Chuvoso*, com verão seco. A estação chuvosa se inicia em janeiro/fevereiro com término em setembro, podendo se adiantar até outubro.

Nos topos e vertentes dos vales ondulados baixos os solos são do tipo *Podzólicos*, bem drenados; nos fundos de vales os solos são aluviais, mal drenados e nas cristas residuais ocorrem os solos *Litólicos*, mal drenados.

4.4 Geologia

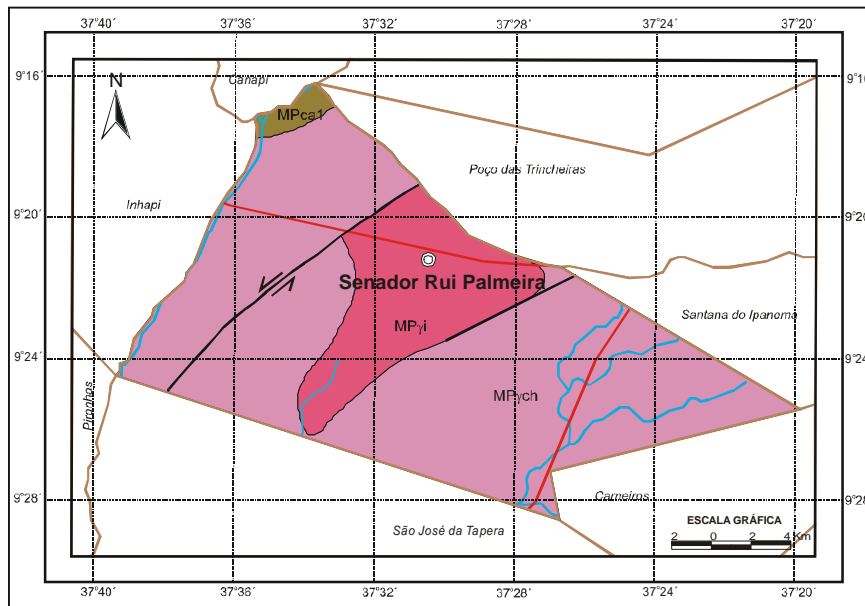
O município de **Senador Rui Palmeira** encontra-se geologicamente inserido na *Província Borborema*, abrangendo rochas do embasamento gnássico-migmatítico, datadas do Arqueano ao Paleoproterozóico e a seqüência metamórfica oriunda de eventos tectônicos ocorridos durante o Meso e NeoProterozóico. A *Província* está aqui representada pelos litótipos do Complexo Cabrobó Granitoides Indiscriminados e Suíte Chorochó (Figura 3).

O *Complexo Cabrobó-Unidade 1* (MPca1), situa-se no extremo NW do município, sendo constituído por xistos, gnaisses, metavulcânicas máficas e mármores.

Os *Granitoides Indiscriminados* (MPgi), afloram a NE, SW e NW da área.

A *Suíte Chorochó* (MPgch), aflora a NE, SE, SW e NW da área, sendo constituída por augen-gnaisses quartzo monzodioríticos a graníticos.

**Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Município de Senador Rui Palmeira
Estado de Alagoas**



CONVENÇÕES GEOLÓGICAS

UNIDADES LITOESTRATIGRÁFICAS

Mesoproterozóico

- MP_{ch} Suíte Chorochó (ch): augengnaise quartzo monzogranítico a granítico
- MP_i Corpo Granitóides Indiscriminados: Metagrano, metagranodiorito, metamonzodiorito.
- MP_{ca2} Complexo Cabrobó (ca2): xisto, gnaíse, leucognaíse, metarcóseo, metagrauvaca e quartzito

UNIDADES ESTRUTURAIS

- Contato geológico
- Falha ou fratura
- Falha ou Zona de Cisalhamento Transcorrente Sinistral

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

- Sede Municipal
- Rodovias
- Limites Intermunicipais
- Rios e riachos
- Açude/barragem

Fig.03 – Mapa Geológico

5. RECURSOS HÍDRICOS

5.1 - Águas Superficiais

O município de **Senador Rui Palmeira** está inserido na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, sendo banhado a W, pela sub-bacia hidrográfica do Rio Ribeira do Capiá. Seus principais afluentes são os Riachos Alecrim, Manuel da Costa, Barriguda, Salgado, Verdadeira e da Passagem. A porção E do município, é banhada pela sub-bacia hidrográfica do Rio Ipanema, tendo como principal afluente o Riacho João Gomes. O padrão de drenagem a W, é do tipo *pinado* uma variação do *dendrítico*, e a E, o padrão é o *dendrítico*. Todo esse sistema fluvial deságua no Rio São Francisco.

5.2 - Águas Subterrâneas

5.2.1 – Domínios Hidrogeológicos

A área do município em estudo está inserida no *Domínio Hidrogeológico Fissural, Subdomínio Rochas Metamórficas*: caracterizado por rochas do embasamento cristalino regionalmente representadas por granulitos do Grupo Girau do Ponciano e pelos complexos gnaissico-migmatítico e migmatítico granítico (Arqueano), rochas vulcano-sedimentares, compostas por quartzitos, micaxistos, gnaissese metavulcânicas diversas do Grupo Macururé e ortognaisses (Proterozóico). Figura 4.

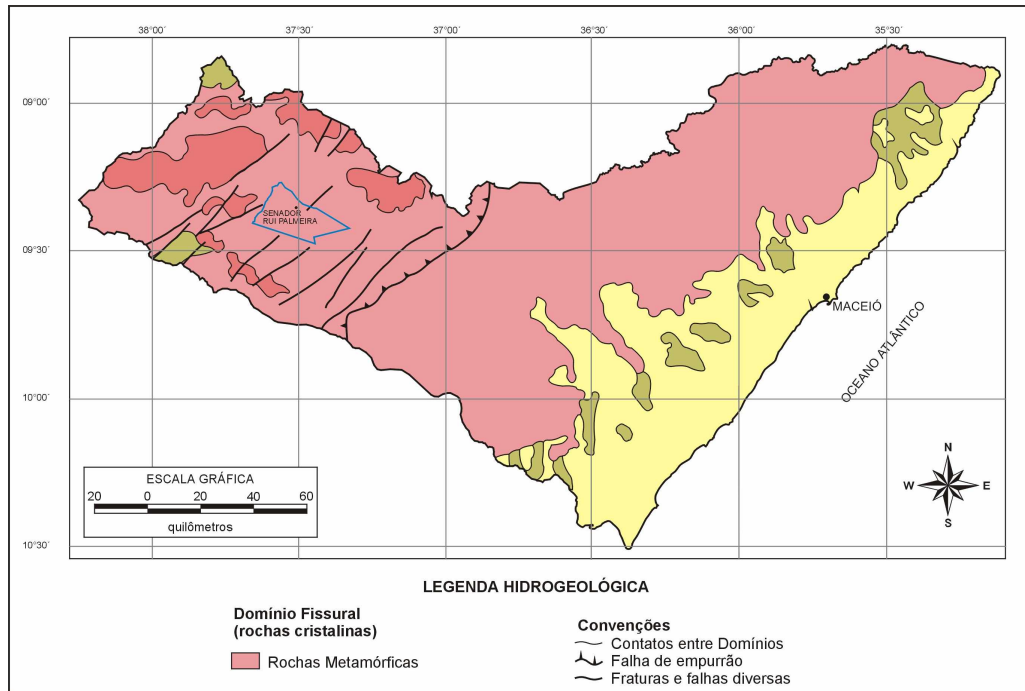


Fig.04 – Domínios Hidrogeológicos

6. DIAGNÓSTICO DOS POÇOS CADASTRADOS

O levantamento realizado no município registrou a existência de **32** pontos d'água, sendo **30** poços tubulares, **01** Poço escavado e **01** Fonte natural. No tratamento dos dados serão considerados apenas os poços tubulares, objeto principal deste estudo.

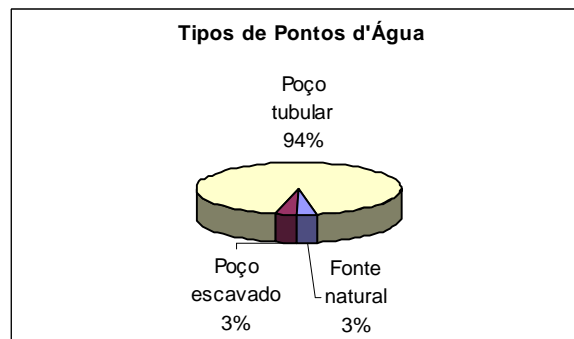


Fig.5.1 – Tipos de pontos d'água cadastrados no município

Com relação à *propriedade do terreno* onde estão localizados os pontos d'água cadastrados, podemos ter: *terrenos públicos*, quando os terrenos forem de serventia pública e *terrenos particulares*, quando forem de uso privado. Conforme ilustrado na fig.5.2, existem **05** pontos d'água em terrenos públicos (16,70%) e **25** em terrenos particulares (83,30%).

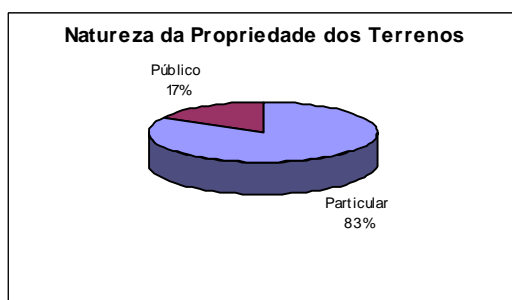


Fig.5.2 –Natureza da propriedade dos terrenos.

Quanto ao *tipo de abastecimento* a que se destina a água, os pontos cadastrados foram classificados em: *comunitários*, quando atendem a várias famílias e *particulares*, quando atendem apenas ao seu proprietário. A fig.5.3 mostra que **06** pontos d'água (20,00%) destinavam-se ao *atendimento comunitário*, **16** ao atendimento particular (53,30%) e em **08** pontos (26,70%) a finalidade do abastecimento não foi definida.

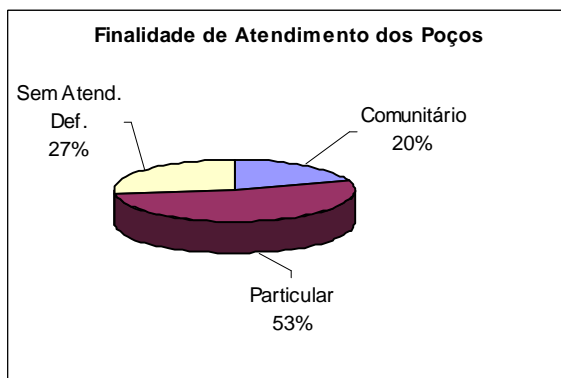


Fig.5.3 –Finalidade do abastecimento dos poços.

Quatro situações distintas foram identificadas na data da visita de campo: *poços em operação*, *paralisados*, *não instalados* e *abandonados*. Os *poços em operação* são aqueles que funcionavam normalmente. Os *paralisados* estavam sem funcionar temporariamente devido a problemas relacionados à manutenção ou quebra de equipamentos. Os *não instalados* representam aqueles poços que foram perfurados, tiveram um resultado positivo, mas não foram ainda equipados com sistemas de bombeamento e distribuição. E por fim, os *abandonados*, que incluem poços secos e poços obstruídos, representam os poços que não apresentam possibilidade de produção.

A situação dessas obras, levando-se em conta seu caráter público ou particular, é apresentada em números absolutos no quadro 5.1 e em termos percentuais na fig.5.4.

**Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Município de Senador Rui Palmeira
Estado de Alagoas**

Quadro 5.1 – Situação dos poços cadastrados conforme a finalidade do uso

Natureza do Poço	Abandonado	Em Operação	Não Instalado	Paralisado
Comunitário	-	3	-	3
Particular	-	12	-	4
Sem Uso Definido	3	-	4	1
Total	3	15	4	8

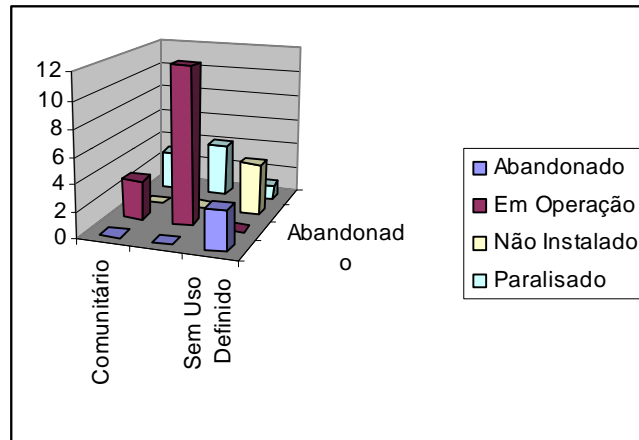


Fig.5.4 – Situação dos poços cadastrados

Com relação ao *uso da água*, dos pontos cadastrados, apenas **01** poço (3,30%) é utilizado para consumo doméstico primário e secundário (água de consumo humano para beber e uso geral), **02** poços para consumo doméstico primário, secundário e dessedentação animal, **05** poços (16,70%) para consumo doméstico secundário e dessedentação animal, **12** poços (40,00%) são usados apenas para dessedentação animal e **10** poços encontravam-se sem uso definido, conforme mostra a fig.5.5.

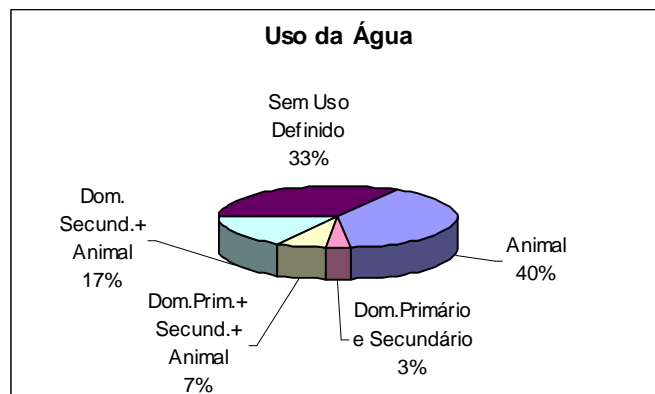


Fig.5.5 – Uso da água

A fig.5.6 mostra a relação entre os poços tubulares atualmente *em operação* e os poços passíveis de entrarem em funcionamento (*paralisados e não instalados*). Verificou-se que, dos *poços particulares*, **03** encontravam-se *não-instalados* (10,00%) e **07** *paralisados* (23,30%), enquanto **13** poços (43,30%) estavam *em operação normal*. Com relação aos *poços tubulares públicos*, **01** encontrava-se não instalado (3,30%), **01** paralisado (3,30%) e apenas **02** encontravam-se em operação normal (6,70%). Estes poços paralisados ou não-instalados representam uma reserva potencial, e podem vir a ser ativados se, após uma análise técnica feita caso a caso, forem considerados aptos para tal.

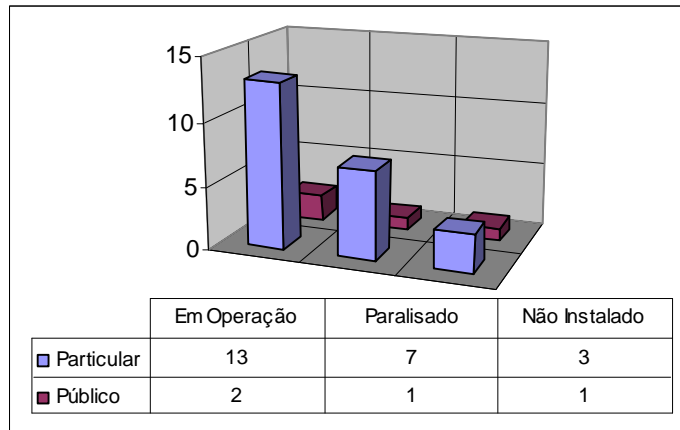


Fig.5.6 –Relação entre poços em uso e desativados

Com relação à fonte de energia utilizada nos sistemas de bombeamento dos poços, a fig. 5.7 mostra que existem **09** poços particulares (30,00%) dotados de energia elétrica, sendo 07 monofásicos e 02 trifásicos. Existem ainda, **07** poços que usam energia eólica (23,30%), **07** que usam energia solar (23,30%) e **04** que não possuem nenhum tipo de energia (13,30%). Dos poços públicos, nenhum possui energia elétrica, apenas **01** usa energia eólica (3,30%), **01** usa energia solar (3,30%) e **03** poços não possuem nenhum tipo de energia (10,00%)

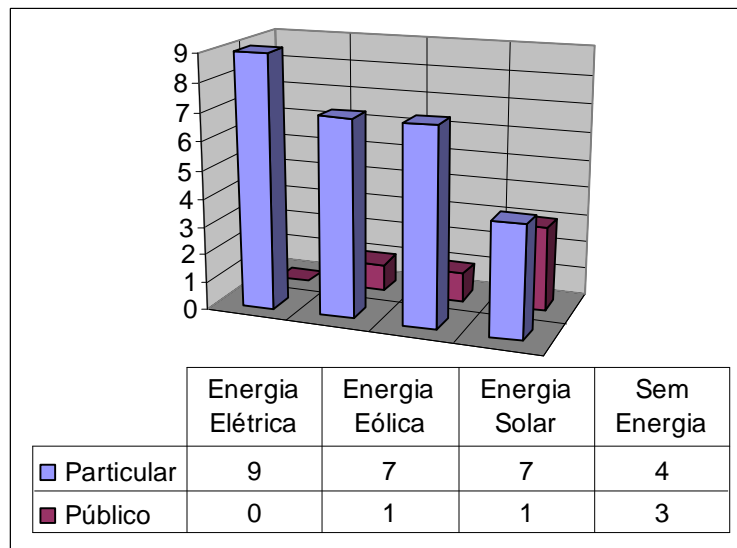


Fig.5.7 –Tipo de energia utilizada no bombeamento d'água

6.1 – Aspectos Qualitativos

Com relação à qualidade das águas dos pontos cadastrados, foram realizadas *in loco* medidas de condutividade elétrica, que é a capacidade de uma substância conduzir a corrente elétrica estando diretamente ligada com o teor de sais dissolvidos sob a forma de íons.

Na maioria das águas subterrâneas naturais, a condutividade elétrica multiplicada por um fator, que varia entre 0,55 a 0,75, gera uma boa estimativa dos sólidos totais dissolvidos (STD) na água. Para as águas subterrâneas analisadas, a condutividade elétrica multiplicada pelo fator 0,65 fornece o teor de sólidos dissolvidos.

**Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Município de Senador Rui Palmeira
Estado de Alagoas**

Conforme a Portaria nº 1.469/FUNASA, que estabelece os padrões de potabilidade da água para consumo humano, o valor máximo permitido para os sólidos dissolvidos (STD) é 1000 mg/l. Teores elevados deste parâmetro indicam que a água tem sabor desagradável, podendo causar problemas digestivos, principalmente nas crianças, e danifica as redes de distribuição.

Para efeito de classificação das águas dos pontos cadastrados no município, foram considerados os seguintes intervalos de STD (Sólidos Totais Dissolvidos):

0 a 500 mg/l	água doce
501 a 1.500 mg/l	água salobra
> 1.500 mg/l	água salgada

Foram coletadas e analisadas amostras de **19** pontos d'água. Os resultados das análises mostraram valores oscilando de 544,05 a 15.210,00 mg/l., com valor médio de 7.285,75 mg/l.. Observando o quadro 5.2 e a fig.06, que ilustra a classificação das águas subterrâneas no município, verificou-se a presença de água salgada em 95% dos poços analisados.

Quadro 5.2 – Qualidade das águas subterrâneas no município conforme a situação do poço

Qualidade da água	Em Operação	Não Instalado	Paralisado	Abandonado	Total
Salobra	1	-	-	-	1
Salgada	13	1	3	1	18
Total	14	1	3	1	19

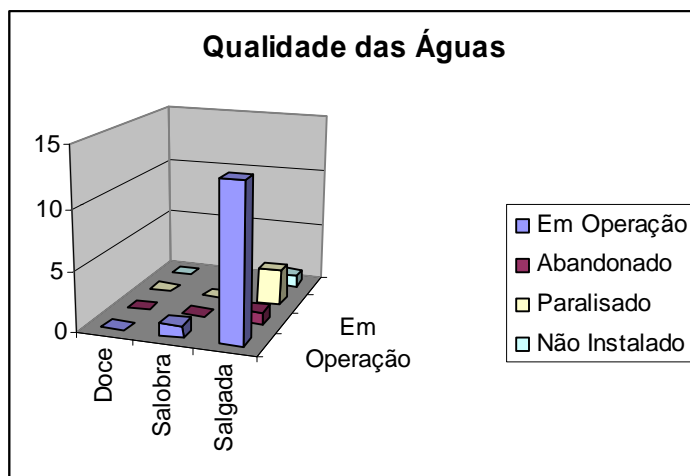


Fig.06 – Qualidade das águas subterrâneas

Devido às peculiaridades da área cadastrada, onde predominam os poços perfurados no *Domínio Fissural*, os resultados são invariavelmente poços com águas salobras e salinas (100,00% dos poços amostrados neste município, vide fig.5.9), o que gera a necessidade de tratamento dessas águas para permitir a sua utilização de forma saudável, dentro dos limites de salinidade permitidos pela OMS e FUNASA.

Foram cadastrados no município apenas **03** dessalinizadores instalados (10,00% dos poços existentes), dos quais, 02 se encontravam em operação e 01 paralisado por defeito. Estão instalados em poços com condutividades variando de 837 a 4.740,00 µS/cm (544,05 a 3.081,00 mg/l). Os **03** estão instalados em terrenos particulares, mas têm uso comunitário, atendendo juntos a mais de 750 famílias.

Quanto ao local de lançamento dos rejeitos, um deles tem os rejeitos lançados diretamente ao solo e os demais não tem informação.

7. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A análise dos dados referentes ao cadastramento de pontos d'água executado no município permitiu estabelecer as seguintes conclusões e recomendações:

- Dos **30** poços tubulares cadastrados, apenas **15** (50,00%) encontram-se *em operação* e **03** (10,00%) foram descartados (*abandonados*) por estarem secos ou obstruídos. Dos **12** poços restantes (40,00%), **04** são poços *não instalados* (33,30%) (**03** por falta de energia e **01** indefinido) e **08** são poços *paralisados* (**06** por quebra do equipamento, **01** por baixa vazão e **01** por salinização). Estes poços representam uma reserva potencial, que pode vir a reforçar o abastecimento no município se, após uma análise técnica apurada, forem considerados aptos à recuperação e/ou instalação. Cabe à administração municipal promover ou articular o processo de análise desses poços, podendo vir a aumentar substancialmente a oferta hídrica no município.
- Apesar de **todos** os **19** poços que tiveram amostra d'água analisada apresentarem águas salobras (5,26%) ou salgadas (94,74%), existem no município apenas **03** dessalinizadores instalados (10,00% dos poços existentes), dos quais **02** estão em operação (66,70%) e **01** encontrava-se paralisado por defeito, evidenciando a necessidade de uma urgente intervenção do poder público, principalmente no que concerne aos poços comunitários, visando a recuperação dos dessalinizadores e a instalação de novos principalmente nos poços de uso comunitário, permitindo a melhoria na qualidade e na quantidade da água oferecida à população e redução dos riscos à saúde inerentes ao consumo primário de água salina, comum nessas áreas, em períodos críticos de estiagem, por falta de opções.
- Uma atenção especial deve ser dada à problemática do descarte dos rejeitos dos dessalinizadores, pois na maior parte dos municípios, o descarte é feito no terreno ao entorno do poço, muitas vezes salinizando cursos d'água ou provocando esterilização do terreno.
- Poços paralisados ou não instalados em virtude da alta salinidade e que possam ter uso comunitário, também devem ser analisados em detalhe (vazão, análise físico-química, nº de famílias atendidas, etc) para verificação da viabilidade da instalação de equipamentos de dessalinização;
- Com relação ao item acima, deve ser analisada a possibilidade de treinamento de moradores próximos ao poço, para manutenção de bombas e dessalinizadores em caso de pequenos defeitos ou para fazer a comunicação à Prefeitura Municipal em caso de problemas mais graves, para que sejam tomadas ou articuladas as medidas cabíveis.
- Todos os poços deveriam sofrer manutenção periódica para assegurar o seu pleno funcionamento, principalmente em tempos de estiagem prolongada; por manutenção periódica entende-se um período, no mínimo anual, para retirada do equipamento do poço e sua manutenção e limpeza, além de limpeza do poço como um todo, possibilitando a recuperação ou manutenção das vazões originais do poço.
- Para assegurar a boa qualidade da água, do ponto de vista bacteriológico, devem ser implantadas em todos os poços ativos e paralisados passíveis de recuperação, medidas de proteção sanitária tais como: selo sanitário, tampa de proteção, limpeza permanente do terreno, cerca de proteção, etc. O que pode ser articulado entre a Prefeitura Municipal e a própria população beneficiária do poço. Quanto aos poços abandonados, devem ser tomadas medidas de contenção, como a colocação de tampas soldadas ou aparafusadas, visando evitar a contaminação do lençol freático por queda acidental de pequenos animais e introdução de corpos estranhos, especialmente por crianças.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO MINERAL BRASILEIRO, 2000. Brasília: DNPM, v.29, 2000. 401p.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. Secretaria de Minas e Metalurgia; CPRM – Serviço Geológico do Brasil [CD ROM] **Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil, Sistema de Informações Geográficas – SIG**. Mapas na escala 1:2.500.000. Brasília: CPRM, 2001. Disponível em 04 CD's

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Geografia do Brasil. Região Nordeste**. Rio de Janeiro: SERGRAF, 1977. Disponível em 1 CD

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Mapas Base dos municípios do Estado de Alagoas**. Escalas variadas. Inédito.

LEAL, José Menezes **Inventário hidrogeológico do Nordeste. Folha nº 20 – Aracajú NE**. Recife: SUDENE, 1970. 150p.

RODRIGUES E SILVA, Fernando Barreto; SANTOS, José Carlos Pereira dos; SILVA, Ademar Barros da et al [CD ROM] **Zoneamento Agroecológico do Nordeste do Brasil: diagnóstico e prognóstico**. Recife: Embrapa Solos. Petrolina: Semi-Árido, 2000. Disponível em 1 CD

ANEXO 1

PLANILHA DE DADOS DAS FONTES DE ABASTECIMENTO

**Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Município de Senador Rui Palmeira
Estado de Alagoas**

**Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea
Diagnóstico do Município de Senador Rui Palmeira – Estado de Alagoas**

CÓDIGO POÇO	LOCALIDADE	LATITUDE S	LONGITUDE W	PONTO DE ÁGUA	NATUREZA DO TERRENO	PROF. (m)	VAZÃO (L/h)	SITUAÇÃO DO POÇO	EQUIPAMENTO DE BOMBEAMENTO	FONTE DE ENERGIA	FINALIDADE DO USO	STD (mg/L)
CU119	Fazenda Aparecida	092646,9	372624,8	Poço Tubular	Particular			Em Operação	Cata-vento	Eólica		13520,00
CU130	Sítio Mororo	092625,1	372811,1	Poço Tubular	Particular			Em Operação	Cata-vento	Eólica		
CU131	Malhadinha	092526,3	372833,6	Poço Tubular	Público			Em Operação	Cata-vento	Eólica		5648,50
CU132	Serrotinho do Litinho	092640,6	372920,7	Poço Tubular	Particular			Em Operação	Cata-vento	Eólica		5967,00
CU133	Pedra D'água do Aquino	092329,9	372959,5	Poço Tubular	Particular			Em Operação	Bomba Submersa	Monofásica		544,05
CU135	Povoado Candunda	092130,7	373145,3	Poço Escavado	Público			Em Operação	Bomba Injetora	Monofásica		4374,50
CU136	Povoado Candunda	092428,4	373157,6	Poço Tubular	Particular	40,00		Em Operação	Bomba Injetora		Comunitário	3081,00
CU137	Povoado Candunda	092430,6	373157,5	Poço Tubular	Público			Não Instalado	Não Equipado	Trifásica		1885,00
CU138	Povoado Candunda	092432,0	373157,5	Poço Tubular	Público			Abandonado	Não Equipado		Comunitário	3770,00
CU139	Povoado Candunda	092432,2	373156,5	Poço Tubular	Público			Paralisado	Não Equipado			3770,00
CU141	Poço Salgado	092431,9	372705,0	Poço Tubular	Particular			Paralisado	Bomba Submersa		Comunitário	
CU142	Sítio Alto do Couro	092121,4	373046,6	Poço Tubular	Particular			Em Operação	Cata-vento	Eólica		6630,00
CU143	Alto do Couro	092140,6	373015,6	Poço Tubular	Particular			Paralisado	Bomba Submersa	Trifásica		7865,00
CU213	Calango Verde	092710,3	372601,8	Poço Tubular	Particular			Não Instalado	Não Equipado			
CU214	Sítio Imbuzeiro II	092519,2	372644,3	Poço Tubular	Particular	50,00	1600,00	Em Operação	Bomba Submersa	Monofásica		12987,00
CU215	Lagoa do Rancho	092443,2	372337,1	Poço Tubular	Particular			Em Operação	Cata-vento	Eólica		14170,00
CU216	Aldeia	092542,1	372226,5	Poço Tubular	Particular	45,00	1400,00	Em Operação	Bomba Submersa	Solar		4894,50
CU218	São Jose	092422,6	372505,6	Poço Tubular	Particular			Abandonado	Não Equipado			
CU219	São Jose II	092417,1	372542,8	Poço Tubular	Particular			Em Operação	Bomba Submersa	Monofásica		13260,00
CU220	Talhada do Norato	092408,8	372408,8	Poço Tubular	Particular			Paralisado	Bomba Submersa	Monofásica		
CU221	Boa Vista	092232,1	372700,8	Poço Tubular	Particular			Paralisado	Bomba Submersa		Comunitário	1748,50
CU222	Lajedo Bonito	092223,3	372601,9	Poço Tubular	Particular			Abandonado	Cata-vento	Eólica		
CU223	Poços Salgado	092446,8	372725,2	Poço Tubular	Particular			Paralisado	Cata-vento	Eólica		
CU224	Baixa da Quixabeira	092126,8	373248,8	Poço Tubular	Particular			Paralisado	Bomba Submersa	Solar		
CU225	Recanto	092053,1	373205,8	Poço Tubular	Particular			Não Instalado	Bomba Injetora			
CU226	Recanto II	092101,2	373152,1	Poço Tubular	Particular			Em Operação	Bomba Submersa	Solar		9750,00
CU783	Umbuzeiro Doce	092532,2	373358,6	Poço Tubular	Particular			Em Operação	Bomba Submersa	Trifásica		10595,00
CU784	Sítio Umbuzeiro	092523,9	373349,9	Poço Tubular	Particular			Em Operação	Bomba Submersa	Trifásica		15210,00
CU785	Sítio Tingui	092637,4	373223,3	Poço Tubular	Público			Em Operação	Bomba Submersa	Solar		6045,00
CU786	Sítio Tingui	092612,9	373131,2	Fonte Natural	Público			Em Operação				
CU793	Sítio Lapinha	092704,5	373038,9	Poço Tubular	Particular			Paralisado	Bomba Submersa	Solar		
CU794	Sítio Lapinha	092710,7	373047,3	Poço Tubular	Particular			Não Instalado	Não Equipado			

ANEXO 2

MAPA DE PONTOS D'ÁGUA